

Resolução n.º 58/2009

de 29 de Dezembro

A necessidade de uma melhor gestão do conflito entre o homem e a fauna bravia em Moçambique pressupõe a adopção de uma estratégia adequada com vista a assegurar a defesa de pessoas e bens para a satisfação das necessidades humanas e a conservação da fauna bravia, tendo em conta a garantia do equilíbrio das necessidades sociais, económicas e ecológicas.

Neste sentido, e no exercício das competências atribuídas ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Artigo 1. É aprovada a Estratégia de Gestão do Conflito Homem/Fauna Bravia, e o respectivo plano de Implementação em anexo, que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. Os Ministérios que superintendem o manejo da fauna bravia, do ambiente, da administração territorial e de infraestruturas públicas, são responsáveis pela implementação da presente Resolução, sob coordenação do Ministério da Agricultura.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 11 de Agosto de 2009.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Luísa Dias Diogo*.

Estratégia de Gestão do Conflito Homem/ /Fauna Bravia

1. Introdução

Apesar do conflito Homem/fauna bravia não ser um fenómeno recente no país, constitui actualmente uma grande e séria preocupação não só da população, mas também de todos os intervenientes na gestão da fauna, pois, este tem estado a crescer e a provocar graves danos sócio-económicos com impactos imensuráveis na vida da população, especialmente nas zonas rurais. Por isso, o conflito Homem/fauna bravia, consta da agenda e prioridades do Governo, com vista a encontrar formas de eliminar ou reduzir os seus níveis, assegurando a protecção das pessoas e seus bens, incluindo a segurança alimentar.

A maior parte dos conflitos existentes no país estão directa ou indirectamente relacionados com a acção do homem. Embora nas últimas quatro décadas o número da população da fauna bravia tenha de forma geral diminuído, ainda que continue significativa, o número da população humana tem vindo a crescer. Os números, mostram que desde o início da década 80 a população humana do país cresceu de 10 milhões de habitantes para cerca de 20 milhões em 2007, ou seja, a população humana do país duplicou nas últimas três décadas. Esta situação terá contribuído para a ocupação de áreas outrora livres da presença humana permanente e, portanto, a população de fauna ficou restrita e concentrada em determinadas zonas.

Por outro lado, com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, assistiu-se a um processo de regresso e reassentamento de milhares de cidadãos deslocados e refugiados nos países vizinhos. Infelizmente, o processo de reassentamento nas várias zonas do país centrou-se apenas no Homem, pela necessidade de desenvolvimento humano, e não tomou em consideração aspectos ecológicos, tais como a capacidade de carga dos ecossistemas e as rotas seculares de migração de animais bravios.

A ocupação de áreas outrora não habitadas e das rotas migratórias de fauna bravia, acompanhado com o aumento do efectivo da população de elefantes, de 16 475 em 2006 para 22 144 em 2008, tem de certa forma reduzido o habitat natural destes, daí agravando, por um lado, a competição pelos escassos recursos existentes na natureza, nomeadamente, alimentos e água, e por outro lado, pela vegetação por parte dos herbívoros e, por presas por parte dos carnívoros. Assim, a fauna bravia, para sobreviver tem sido forçada a fazer incursões nas machambas dos camponeses onde os herbívoros, tais como, elefante, búfalo, javali e macaco devoram, por exemplo, o milho e a mandioca da população, enquanto que os carnívoros como o leão devoram o gado bovino, o caprino e atacam o homem.

Neste contexto, urge adoptar uma estratégia de gestão da fauna que permita reduzir os conflitos Homem/fauna bravia, tendo como princípio a satisfação das necessidades de (i) desenvolvimento humano (presente e futura geração dos moçambicanos) e (ii) conservação da fauna bravia no quadro do equilíbrio do ecológico.

A Visão estratégica do Governo na gestão do conflito homem fauna bravia é de assegurar a defesa de pessoas e bens adoptando estratégias de gestão do conflito para a satisfação das necessidades humanas e de conservação da fauna bravia, tendo em conta a garantia do equilíbrio das necessidades sociais, económicas e ecológicas.

2. Contextualização do Conflito

2.1. Contexto Político – Legal

Desde os tempos mais remotos da história da humanidade, o Homem sempre procurou formas de defender-se dos animais bravios recorrendo a vários métodos, tais como, afugentamento, construção de barreiras, colocação de espantalhos, vedação de suas habitações e culturas, e em casos extremos recorrendo ao abate de animais ferozes. Actualmente, a resolução destes conflitos varia de acordo com a espécie envolvida e as circunstâncias.

Com vista a fazer face ao conflito existente entre o Homem e os animais bravios, sucessivos instrumentos legais foram sendo adoptados no país. Na década 60, foi aprovado o Diploma Legislativo n.º 2496, de 20 de Janeiro de 1965: regime de vigilância da fauna bravia e actividade de caça em defesa de pessoas e bens. Este instrumento tinha como objectivo defender o Homem, propriedades agrícolas e pecuárias dos animais bravios, assim como proteger as populações das epidemias transmitidas pelos animais bravios.

Na década 70, depois da independência nacional, o problema do conflito Homem/fauna bravia foi abordado através da criação de brigadas de caça em defesa de pessoas e bens preceituado na Portaria n.º 117/78, de 16 de Maio, cuja actuação consistia na protecção de machambas através de vedações, afugentamento ou abate de animais, em casos extremos, ou captura de espécies envolvidas.

No fim da década 90, ao ser aprovada a Lei n.º 10/99, de 7 de Julho, (Lei de florestas e fauna bravia) que regula a utilização e conservação da fauna bravia, o legislador estabeleceu no artigo 25 desta Lei, a caça em defesa de pessoas e bens por brigadas, podendo ser também exercida prontamente por qualquer cidadão quando se tratar de ataques eminentes. Tornando-se necessário regular os procedimentos deste tipo de caça, o Governo aprovou por via regulamentar o Decreto n.º 12/2002, de 6 de Junho, que estabelece no artigo 68 deste Regulamento (i) o exercício de caça em defesa de pessoas e bens; (ii) a captura/apanha de ovos, especialmente do crocodilo, para reduzir a população desta espécie, e consequentemente o impacto negativo dos ataques da espécie às populações.

Apesar destes instrumentos legais, o conflito continua a constituir um problema sério em quase todo o país, havendo, por isso, necessidade de adoptar medidas mais pró-activas e pragmáticas para lidar com a problemática.

2.2. Situação actual do conflito no país

Apesar da existência de instrumentos legais orientados para a defesa de pessoas e bens, tem-se verificado uma tendência crescente da ocorrência de conflito, resultando em impactos negativos para as pessoas e seus bens. As espécies, tais como, crocodilo, elefante, hipopótamo e leão são consideradas mais problemáticas no país. Entre 2006 a 2008, o crocodilo causou cerca de 66% de vítimas humanas, seguido do elefante com 15%, leão com 12%, e o hipopótamo com 6%. Relativamente ao abate de animais em defesa de pessoas e bens, o elefante foi o animal mais abatido, seguido do crocodilo e hipopótamo, em números de 109, 105 e 90, respectivamente, em consequência do conflito entre o homem e a fauna bravia.

Embora o crocodilo, o elefante, o hipopótamo e o leão sejam consideradas como sendo as espécies mais problemáticas em Moçambique, existem outras ainda que se juntam neste universo de espécies problemáticas, como é o caso de pássaros e gafanhotos, que têm estado envolvidos na destruição de culturas de cereais, macacos e porcos, envolvidos na destruição de culturas diversas.

Actualmente os grandes impactos do conflito Homem/fauna bravia estão relacionados com a perda de vidas humanas que se tem verificado um pouco por todo o país, assim como a perda de vários hectares de culturas agrícolas, animais domésticos e outros bens da população. Por outro lado, ocorre a perda de algumas espécies de grande valor ecológico e económico, tais como, elefante, leão, hipopótamo, crocodilo e outras, as quais são anualmente abatidas em defesa de pessoas e seus bens.

As áreas de maior ocorrência de conflitos incidem sobre 45 distritos: Província de Cabo Delgado – distritos de Palma, Quissanga, Mocímboa da Praia, Mueda, Namuno, Meluco, Nangade, Macomia e Ancuabe; Província do Niassa – distritos de Mecula, Nipepe, Marrupa e Maua; Província da Zâmbia – distritos de Morrumbala, Pebane, Maganja da Costa, Chinde, Alto Molócuè e Mopeia; Província de Tete – distritos de Zumbo, Magoè, Changara, Cahora Bassa, Chiuta, Moatize, e Mutarara; Província de Manica – distritos de Tambara, Machaze e Sussundenga; Província de Sofala – distritos de Chemba, Caia, Chibabava, Buzi e Marromeu; Província de Inhambane – distrito de Funhalouro; Província de Gaza – distritos de Massingir, Chókwè, Guijá, Mabalane, Massangena, Chibuto e Chicualacuala; Província do Maputo – distritos de Matutuine, Moamba, e Magude.

2.3. Principais causas e tipos de conflitos

2.3.1 Causas dos Conflitos

Os conflitos Homem/fauna bravia constituem actualmente um dos grandes problemas tanto nas áreas de utilização múltipla, como nas áreas de conservação. Os conflitos existentes no país podem ser agrupados pela sua natureza em antropogénicos (resultantes da acção do homem) ou naturais.

Os de origem antropogénica estão directa ou indirectamente relacionados com a ocupação e degradação dos ecossistemas naturais devido a competição desigual pelo espaço, recursos hídricos e alimentares. Nos últimos anos este conflito tem tomado proporções alarmantes devido ao crescimento acelerado da população humana por um lado (tendo aumentado de 12130 000 em 1980 para 16 099 100 em 1997, 20 069 738 em 2007) e devido às acções ou práticas menos apropriadas, tais como: perseguições ou caça furtiva de determinadas espécies animais,

queimadas descontroladas, ocupação de rotas de migração dos animais, práticas agrícolas inadequadas (agricultura itinerante ou nas baixas dos rios), procura de água e pesca nos rios e lagos.

Por outro lado, os conflitos de origem natural resultam das interacções inter e intra-específicas das espécies, como por exemplo, o crescimento excessivo de algumas espécies, devido à desequilíbrios ecológicos provocados por fenómenos naturais, tais como o aumento da população de crocodilos. Em algumas partes do país, o rio Zambeze é um exemplo deste facto, requerendo, por conseguinte, programas e medidas específicas de controlo, como sejam abates controlados e recolha de ovos.

2.3.2. Tipos de conflitos

Os principais tipos de conflitos no país são caracterizados por (i) invasão às machambas e por vezes ataques às pessoas e seus bens, por elefantes e hipopótamos, especialmente quando buscam água e alimentos ou quando estes animais estão sob ameaça ou feridos; (ii) ataque às pessoas e animais domésticos, por crocodilos, junto aos cursos de água; (iii) ataque aos animais domésticos e invasão aos currais e capoeiras, por vezes ataque às pessoas, por leões, leopardos e outros predadores, quando feridos, encurralados ou esfomeados; (iv) invasão às machambas e perturbação das pessoas em zonas residenciais por macacos e porcos bravos; (v) invasão a celeiros e machambas e (vi) ataque às cearas pelos pássaros e gafanhotos.

2.4. Experiências da região na mitigação do conflito Homem/Fauna Bravia

Os países da região, como a África do Sul, Botswana, Zâmbia e Zimbabwe, adoptaram um modelo de Parques Nacionais, onde os animais estão confinados em territórios ou áreas vedadas – Parque Nacional – previamente destinados para a protecção e conservação da fauna bravia, onde não é permitida a fixação de aglomerados populacionais, com excepção das residências dos trabalhadores das respectivas áreas de conservação.

Ainda no contexto de ordenamento territorial, nalguns países da região, são estabelecidas áreas para diversos usos da terra, como florestas, fauna, minas, agricultura, pecuária, turismo e conservação, devidamente delimitadas, demarcadas, e identificadas em mapas analógicas e digitais, que são distribuídas nas províncias, distritos, localidades e postos administrativos. Este tipo de planeamento facilita o estabelecimento de novas infra-estruturas de desenvolvimento sócio-económicos e a implementação de planos de reassentamentos populacionais, gestão de recursos naturais, etc., reduzindo deste modo potenciais conflitos Homem/fauna bravia.

3. Caso de Moçambique

3.1. Ausência de planos de uso da terra

A maior parte da população moçambicana, vive nas zonas rurais (estimada em 70%) e dedica-se à agricultura de subsistência e pesca artesanal para o seu sustento. Dados recentes indicam que uma parte significativa desta população localiza-se em áreas de ocorrência ou em rotas migratórias de animais bravios. Nestas zonas a interacção entre o Homem e animais bravios tem-se caracterizado por uma elevada competição pelo espaço e escassos recursos disponíveis (alimentos e água), facto que se vai agravando anualmente devido à ausência de planos de uso da terra, que definem claramente áreas destinadas à habitação da população, prática de actividades agro-pecuárias e de conservação. Portanto, urge a necessidade de elaborar planos de uso da terra a nível distrital.

População dentro das áreas de conservação

Nas áreas destinadas à protecção e conservação da flora e fauna (Parques, Reservas Nacionais, Coutadas Oficiais e Fazendas do Bravio) não existe uma política clara sobre se é ou não permitida a fixação de residências de populações humanas dentro destas áreas. Por isso, em todas as áreas protegidas do país existe população a residir no seu interior. Assim, nestas áreas destinadas exclusivamente à conservação da fauna bravia e da biodiversidade, também ocorre o conflito entre o Homem e a fauna bravia. Portanto, a ausência de uma política clara sobre população dentro das áreas de conservação dificulta por um lado, a conservação da fauna bravia no seu habitat e, por outro lado, contribui para a ocorrência de conflito. O ideal seria confinar a fauna bravia, especialmente os animais problemáticos em determinadas áreas, - áreas de conservação - destinadas exclusivamente a fauna bravia, onde não seria permitida a fixação da população humana.

A permanência da população humana nestas áreas seria permitida excepcionalmente sob determinadas condições, tais como, residência do pessoal afecto a administração das áreas de conservação em locais previamente definidas e vedadas para efeito de assegurar a protecção destes e seus bens. Portanto, urge a necessidade de definir uma política clara e objectiva sobre o confinamento ou criação de áreas exclusivas para algumas espécies de fauna consideradas problemáticas (crocodilo, leão, elefante, hipopótamos).

Vedação das áreas protegidas/conservação e fazendas do bravio

No país as áreas de conservação e fazendas do bravio não estão vedadas, com excepção de algumas que estão parcialmente vedadas contra o elefante. Esta situação coloca as comunidades circunvizinhas em permanente conflito com a fauna bravia. Para além da destruição das machambas e ataque às pessoas e ao gado, há um risco potencial de transmissão e propagação de doenças dos animais selvagens aos animais domésticos. No caso de áreas protegidas onde ocorre o búfalo, o custo de transmissão de doenças ao gado poderá exceder os benefícios a serem gerados pela área de conservação ou fazenda do bravio. Portanto, urge a necessidade de erguer sempre que se mostre necessária uma vedação nas áreas de conservação e fazendas do bravio para confinar animais problemáticos (crocodilo, elefante, leão, hipopótamos), protegendo assim as pessoas e seus bens.

Caso seja permitido que os animais problemáticos vivam fora das áreas de conservação é necessário que se assegure que as comunidades locais tenham benefícios superiores aos custos de manejo da fauna bravia.

Insuficiente capacidade e experiência

A falta de recursos humanos e financeiros é a principal razão da falta de capacidade para fazer face à gestão da fauna bravia e do conflito. Há poucos técnicos com experiência prática para lidar com o conflito. Portanto, urge a necessidade de formar brigadas especializadas e equipá-las com instrumentos e materiais a serem alocados ao nível dos distritos.

Quotas da CITES

Outra limitante na resolução do conflito Homem/fauna bravia, está associada a quota atribuída às espécies constantes do Anexo I, da CITES (Convenção Internacional de Comercialização de Espécies em Perigo de Extinção). No caso do elefante, ao país é lhe atribuído uma quota anual de 60 animais para a caça desportiva, número considerado inferior se tivermos em conta que anualmente mais de 50 elefantes são abatidos como animais problemáticos, no âmbito da defesa de pessoas e bens.

Portanto, não se podem vender senhas superiores a quota autorizada e muito menos exportar o marfim, resultante do abate dos animais acima da quota, como troféus de caça. Desta forma as comunidades locais não obtêm nenhum benefício do animal abatido (excepto carne), pelo contrário acumulam prejuízos (destruição de machambas e celeiros). Consequentemente, as comunidades encaram o elefante como uma praga e não uma oportunidade para geração de receitas.

Importa mencionar que o problema da quota reduzida não é um problema da CITES, mas sim de falta de informação que permita fundamentar técnica e cientificamente o aumento da quota de uma determinada espécie. Este facto resulta de falta de censos detalhados e planos de manejo actualizados para cada espécie, particularmente o elefante, crocodilo e leão. O censo realizado em 2008, à escala nacional, teve uma intensidade de amostragem baixa (2,35%) o que significa que a precisão das estimativas da população deste censo são também muito baixas.

Portanto, urge a necessidade de realizar censos detalhados de fauna bravia em determinados locais para determinadas espécies, tais como o crocodilo, elefante, leão, búfalo e leopardo. Os dados do censo serão úteis não só para elaborar o plano de manejo da espécie e fundamentar a quota de abate, mas também para o desenvolvimento dos planos de uso da terra ao nível distrital.

3.2. Oportunidades

Apesar do declínio verificado nas últimas quatro décadas, a fauna bravia do País ainda representa um valioso e importante recurso, que se for devidamente gerido, pode proporcionar benefícios, não só para as comunidades locais que vivem nas zonas rurais de ocorrência da fauna bravia, mas também à economia nacional, através do desenvolvimento do ecoturismo, safaris de caça e caça comercial, venda de pele e carne de crocodilo e outras espécies para o mercado interno e exportação.

Portanto, urge que as comunidades encarem a fauna bravia não como uma praga, mas sim, uma oportunidade para a geração da riqueza no meio rural. Para o efeito, é necessário reverter o actual cenário em que os custos resultantes do conflito são de longe superiores aos benefícios.

4. Estratégia de gestão do conflito homem/fauna bravia

4.1. Objectivos

Considerando a actual taxa de crescimento da população, o crescimento da demanda pelos recursos naturais, e a crescente pressão pelo acesso a terra, urgente encontrar formas que garantam o manejo da fauna bravia, com impactos negativos insignificantes.

Nestes termos a Estratégia tem como objectivo adoptar medidas para assegurar permanentemente a protecção das pessoas e seus bens, contribuindo desta forma para a conservação e utilização racional e sustentável da fauna bravia para o benefício económico e social da presente e futura geração dos moçambicanos.

4.2. Princípios orientadores

A convivência entre o Homem e a fauna bravia no mesmo espaço nunca foi pacífica, pois, estes dois seres vivos, sempre que ocupam o mesmo espaço competem pelos mesmos recursos, água e alimentos. Portanto, a solução do conflito, passa necessariamente por definir e/ou demarcar claramente o espaço destinado para cada um destes – Homem e a fauna bravia. Assim para a adopção de medidas de gestão do conflito deve-se ter em conta o seguinte:

- Separação espacial de animais bravios, dos assentamentos humanos;

- Supressão dos animais bravios onde houver assentamentos humanos;
- Planeamento territorial como condição essencial para a gestão do conflito e da fauna bravia;
- Vedação de espécies problemáticas, tais como crocodilos, elefantes, leões, leopardos e búfalos;
- Mudança de atitude da população na interacção com a fauna bravia, em relação aos seus habitats naturais e rotas dos animais, bem como adopção de alternativas de acesso à água e piscinas fluviais para o caso de crocodilo;
- Desenvolvimento de fazendas do bravio e projectos comunitários como segunda linha de defesa que circunda área de conservação.

4.3. Medidas Gerais

4.3.1. Medidas de Prevenção

Existem várias acções/medidas de prevenção que podem ser levadas a cabo para minimizar o conflito Homem/fauna bravia. Dentre as acções, constam as medidas extremas de reassentar ou realocar as pessoas ou a fauna bravia respectivamente, separando-os fisicamente através de barreiras naturais ou artificiais, manejar a população da fauna através de abates controlados, afugentamento da fauna usando uma série de técnicas, tais como repelentes. A seguir, apresenta-se as principais medidas de prevenção:

Censo e Monitoria da Fauna Bravia

Realizar inventários ou censos de fauna bravia, com ênfase nas áreas com alto potencial de fauna e onde o conflito seja elevado. Por outro lado, criar brigadas locais de monitoria do movimento da fauna para a protecção de pessoas e bens nestas zonas de ocorrência de fauna e próximo às comunidades locais.

Planeamento do Uso da Terra

A convivência entre a fauna bravia e o Homem no mesmo espaço não tem sido fácil, e como os recursos estão cada vez mais escassos, acaba sendo conflituoso. Portanto, o ideal seria separar os locais ou habitat para a fauna bravia das áreas onde a população humana vive e desenvolve as suas actividades sócio-económicas.

A concepção e definição destas áreas poderá ser materializada através da elaboração e implementação dos planos de uso da terra. Este processo deve ter como princípio básico, que na zona rural a agricultura é a alternativa preferencial de uso da terra, nas áreas com alto potencial agrícola, e que a gestão de fauna bravia só poderá ocorrer nas zonas de baixa aptidão agrícola. Isto é especialmente importante para as espécies faunísticas cujo impacto interfere directamente na agricultura, como é o caso do elefante e do hipopótamo, na destruição de culturas e búfalos na transmissão de doenças para o gado bovino.

Entre vários aspectos a ter em conta, na elaboração dos planos de uso da terra, destaca-se a identificação e zoneamento de áreas para diferentes fins como sejam, áreas habitacionais e de reassentamento, áreas de conservação, rotas migratórias, áreas para agricultura e pecuária, áreas para o reflorestamento, as características dos animais envolvidos, a natureza dos danos causados, actividades económicas existentes, a localização dos

aglomerados populacionais e infra-estruturas no meio rural.

Para que o plano de uso da terra seja um instrumento efectivo na gestão sustentável dos recursos naturais é crucial a participação activa dos diferentes intervenientes no processo de formulação.

Reassentamento da População Humana

Em locais onde a população humana seja pequena e com poucas infra-estruturas sócio-económicas e que estejam localizadas nos corredores de animais bravios, como o elefante, em habitats com alta densidade de animais bravios, nas margens dos rios com ocorrência frequente de acidentes provocados por crocodilos e hipopótamos, avaliar a viabilidade de transferência das comunidades para locais mais seguros e com acesso aos recursos naturais. Esta medida é praticável, sempre que existir terra alternativa para fixar as comunidades locais em áreas que ofereçam melhores condições de acesso aos recursos naturais e oportunidades de desenvolvimento sócio-económico.

Translocação da fauna bravia

Nas zonas de maior densidade da população humana, capturar e translocar para as áreas de conservação, espécies problemáticas, tais como, crocodilos, elefantes e leões, que sendo biológica e ecologicamente viáveis, não possam ser geridas nas áreas de uso múltiplo, sempre que os benefícios económicos obtidos quando retiradas, sejam superiores aos obtidos quando mantidas (translocar para áreas de conservação e fazendas do bravio).

Controle biológico

O controle biológico pode consistir na introdução de predadores em áreas de maior densidade de presas problemáticas para a redução de seus efectivos e minimizar os impactos negativos sobre a população humana e seus bens; No caso do crocodilo a apanha de ovos e fomento de programas, projectos e acções de criação em cativeiro contribuem para a redução da população de crocodilos e consequentemente diminuição do nível de competição e finalmente o conflito.

Categorização das áreas de conservação

A actual classificação das áreas de conservação depende principalmente de três corpos legais: a Lei de Terras, a Lei das Florestas e Fauna Bravia para as áreas terrestres e o Regulamento Geral da Pesca Marítima para as áreas marinhas. A legislação para as áreas de conservação terrestres baseia-se no conceito de zonas de protecção total, isto é, áreas nas quais não é possível exercer direitos de habitação ou cultivo senão com base em licenças particulares atribuídas de acordo com os planos de manejo das áreas em causa. Essa situação não responde à realidade, onde em muitos casos a separação entre o Homem e o valor a conservar não existe nem pode ser criado.

Para criar condições para a gestão de conflitos nas áreas de conservação com base na realidade a Estratégia sugere uma classificação alternativa que adequa a classificação nacional destas áreas àquela usada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A tabela abaixo contém um quadro que permite visualizar os tipos de áreas propostas na classificação superior. É de salientar que é um quadro orientador que deve ser interpretado caso a caso. A classificação baseia-se fundamentalmente no valor ecológico da área e do papel do Homem na sua preservação.

Tabela 1. Quadro Descritivo das Categorias Propostas para Áreas de Conservação do Domínio Público

Categoria proposta	Valor ecológico	Papel do Homem	Acesso	Tipo IUCN
Reserva total	Valor ecológico elevado como resultado da presença de espécies ou ecossistemas raras e/ou ameaçadas cuja preservação depende da minimização da presença do Homem.	Presença do Homem ameaça a preservação.	Área de acesso difícil ou de vedação fácil.	I
Parque nacional	Valor ecológico elevado mais robusto em relação ao Homem que pode ser conservado mediante um uso contemplativo.	Presença do homem sob condições controladas não ameaça a preservação; o manejo ajuda em manter o equilíbrio entre as espécies.	Área moderadamente ou facilmente acessível.	II
Monumento	Elemento natural com valor estético ou cultural elevado numa área relativamente pequena (menos que 100 ha) que pode ser conservado mediante um uso restrito.	Apreciar o valor estético ou participar nas cerimónias.	Varia entre difícil ou fácil e pode ser restringido por Mecanismos culturais.	III
Reserva especial	O valor depende da conservação de um número reduzido de espécies que pode ser atingido através do uso restrito incluindo a caça desportiva.	Presença do homem permitida tal como a extracção de recursos até um certo nível, mas existem questões de segurança e controle.	Acesso fácil.	IV
Paisagem protegida	Zona com alto valor de biodiversidade natural e antropogénica.	Homem faz parte dos valores a conservar embora haja núcleos com valor biológico.	Acesso fácil; homem é parte integrante da paisagem	V
Biosfera (UNESCO)	Zonas onde é preciso vedar temporariamente o acesso e exploração para permitir uma recuperação de certas populações de plantas, animais ou ecossistemas.	As comunidades locais têm um papel importante na identificação e na implementação da veda.	Acesso fácil.	-

Construção de barreiras artificiais

Os rios e montanhas constituem barreiras naturais que podem ajudar a restringir e deter a fauna bravia num determinado sítio, contribuindo assim, em alguns casos, para separar o Homem da fauna bravia. Infelizmente esta situação ideal não é generalizada. Por isso, em locais onde a fauna bravia e as comunidades locais competem pelos mesmos recursos, como água e alimento, o conflito pode ser permanente. Nestes casos, para prevenir a ocorrência do conflito, a construção de barreiras artificiais, como vedações, são medidas que podem efectivamente evitar o contacto entre o Homem e a fauna.

As vedações podem ser construídas á volta de aglomerados populacionais, nas machambas, nas zonas de maior actividade humana, bem como ao longo dos rios e lagoas. A outra opção é confinar a fauna bravia, construindo vedações a volta das áreas de conservação (Parques, Reservas e Fazendas do bravio), pois os limites destas áreas nem sempre obedecem a limites naturais, o que tem facilitado o movimento da fauna bravia para as zonas das comunidades locais. Infelizmente, uma das limitantes no uso das vedações está associado ao custo de construção. Portanto, a construção da barreira justifica-se sempre que os benefícios resultantes sejam superior aos custos de manter a área sem a vedação.

Assim, para viabilizar a construção de vedações nas áreas protegidas deve ser estabelecida uma zona tampão em cada área protegida, com a categoria de coutada oficial ou fazenda do bravio – nestas áreas desenvolver-se-ia o ecoturismo e safaris de caça. A atribuição ou adjudicação destas áreas deve ser condicionado à vedação pelo titular ou adjudicatário da área. Esta medida permitirá o confinamento da fauna bravia problemática na área de conservação e, conseqüentemente, evitar ou minimizar a ocorrência do conflito. Como as barreiras ou vedações nem sempre são suficientemente capazes de deter ou manter confinada a fauna bravia nos locais desejados, esta medida deve ser implementada em combinação com outras acções preventivas.

Acesso à água para o homem e fauna bravia

Os maiores conflitos entre o Homem e o crocodilo resultam da procura da água nos rios e lagoas. Assim, a abertura de fontes de água como poços e furos, como alternativa para a captação de água nos rios e lagoas constitui uma medida que poderá reduzir significativamente os casos de ataques de crocodilos as pessoas que geralmente são surpreendidas quando buscam o precioso líquido.

A escassez de água nas zonas rurais tem agravado a competição entre o Homem e crocodilo. Neste sentido, a abertura de fontes de abeberamento de animais nas fazendas do bravio e nas coutadas oficiais pode contribuir para reduzir a competição no acesso à água entre o Homem, a fauna, animais domésticos e conseqüentemente reduzir o conflito Homem/fauna bravia.

Abates Controlados de fauna bravia

Estabelecer programas de abates controlados de fauna bravia, onde haja indícios do conflito, associado ao crescimento da população de animais bravios, visando o manejo do tamanho da população. Sempre que possível procurar rentabilizar o abate dos animais problemáticos através de safaris de caça, aproveitamento de troféus e despojos, e assegurar que as comunidades locais afectadas sejam as principais beneficiárias das receitas resultantes destes abates.

Sinalização de locais de risco

Identificação, mapeamento e sinalização de áreas com maior índice de ocorrência de conflitos, através de tabuletas ao longo das vias de acesso e ao longo de alguns rios e lagoas com crocodilos.

4.3.2. Medidas de mitigação

Apesar da prevenção ser claramente a melhor opção, nem sempre é possível evitar a ocorrência do conflito. Assim, nos casos da ocorrência do conflito torna-se necessário adoptar medidas reactivas para reduzir o impacto negativo do conflito. Trata-se de medidas ou reacção direccionada para o animal problemático.

A seguir apresentam as principais medidas de mitigação do conflito:

Criação de brigadas locais de abate

Nas zonas com alto potencial de ocorrência do conflito, criar e operacionalizar as brigadas para atempadamente protegerem as pessoas e seus bens e, em caso de ataque iminente, procederem ao abate do animal problemático.

Abates controlados de animais problemáticos

Realizar abates controlados, tendo em consideração as informações sobre efectivos de animais e capacidade de carga do ecossistema. Os planos de manejo devem dar prioridade ao abate de animais velhos, doentes e feridos (leão velho e búfalo ferido), por serem potenciais animais problemáticos;

Afugentamento de animais e uso de métodos não letais

Introdução de técnicas de afugentamento de animais problemáticos através do uso, por exemplo, de piri-piri contra elefantes, espantalhos contra pássaros e macacos, toque de batuques e outros instrumentos de som, e queima de fezes, etc. Também envolve o uso de armas de caça em caso de ataques actuais ou eminentes de animais bravios.

4.3.3. Mudança de Atitude

Programas de gestão comunitária da fauna bravia

A actual percepção de que a fauna bravia é uma praga resulta do facto de as comunidades locais não estarem a obter os benefícios tangíveis da fauna bravia, pelo contrário acumulam danos e prejuízos imensuráveis. Neste contexto, torna-se necessário a adopção de acções que visem demonstrar as comunidades locais que a fauna bravia, sendo um recurso natural, representa uma oportunidade para a geração de benefícios locais, contribuindo assim, para a redução da pobreza absoluta. Isto pode ser alcançado com a implementação de programas comunitários de manejo de fauna bravia.

Para o efeito, a mudança de atitude pode jogar um papel decisivo. Assim a mudança pode ser alcançada através de:

Sensibilização das comunidades

A educação e sensibilização das comunidades afectadas sobre a importância da fauna bravia e das diferentes formas de lidar com o conflito pode contribuir para uma mudança de atitude, para a geração e partilha de benefícios para as comunidades locais.

Treinamento e capacitação

Executar programas de treinamento e capacitação dos fiscais e agentes comunitários na valorização da fauna bravia em medidas de prevenção e de mitigação do conflito. Por outro lado, implementar actividades de capacitação das comunidades com vista ao aumento de conhecimentos em relação ao comportamento dos animais bravios.

4.3.4. Medidas específicas para as áreas protegidas/conservação

As áreas de conservação são áreas exclusivamente designadas para a conservação de espécies e da biodiversidade. As medidas específicas para a gestão do conflito Homem/fauna bravia nestas áreas são:

- Zoneamento e recategorização das áreas de conservação;
- Reassentamento da população que vive no interior da área de conservação para áreas mais seguras e fora dos limites das áreas protegidas;

- Estabelecimento de medidas de protecção – através de construções de vedações;
- Incentivar o estabelecimento de fazendas de bravia nas áreas ao redor das áreas de conservação.

4.3.5. Medidas específicas para as áreas de utilização múltipla

As medidas específicas para a gestão do conflito Homem/fauna bravia nas áreas de utilização múltiplas dependem das características da zona, nomeadamente, densidade da população, nível do conflito, excesso da população de uma determinada espécie problemática e o potencial da fauna bravia da região. As medidas específicas para o controlo do conflito Homem, fauna bravia nas áreas de utilização múltiplas são:

- Desenvolver o plano de uso de terra é a solução aconselhável para o conflito;
- Translocar os animais problemáticos para uma área de conservação se os benefícios não justificarem a manutenção da fauna na área;

- Fazer o reassentamento da população tendo em conta também o desenvolvimento das infra-estruturas sócio económicas;
- Implementar projectos de manejo de fauna bravia se os benefícios para as comunidades locais justificarem, incluindo o estabelecimento de fazendas de criação, colecta de ovos e captura de crocodilos;
- Abater os animais problemáticos.

5. O Papel dos diferentes intervenientes

A gestão do conflito Homem/fauna bravia exige a participação de vários actores aos diferentes níveis, central, provincial, distrital, devido à natureza multidisciplinar do problema. Assim a tabela em baixo, resume o papel e as funções chaves dos diferentes actores que estarão envolvidos no processo de planificação e implementação das diferentes medidas ou estratégias de gestão do conflito homem e fauna bravia.

Tabela 2. O Papel dos diferentes actores na implementação da estratégia

Papel dos Actores na implementação da Estratégia	Funções Chaves
CENTRAL: MINAG/MITUR/MICOA/MOPH/MAE	
Definição de Políticas e Estratégias, Regulamentação, Coordenação, alocação de recursos, elaboração de manuais e instruções técnicas, monitoria, Avaliação	• Formulação de políticas e estratégia e instrumentos legais para gestão do conflito; • sistematizar e difundir a informação sobre o conflito; • Desenvolver manuais/instruções técnicas e programas de treinamento o conflito; • Coordenação inter-sectorial e intra-sectorial; • Zonear e elaborar planos de uso da terra para diferentes categorias de terra; • Coordenar a implementação das Convenções internacionais – CITES; • Coordenar os processos de reassentamento da população; • Coordenar a translocação dos animais; • Assegurar a realização dos censos de fauna; • Monitorar a implementação das medidas e instrumentos de gestão da fauna; • Avaliar o impacto da implementação das medidas estratégicas;
PROVINCIAL	
Planeamento, coordenação, monitoria, e implementação de actividades relacionadas com a gestão do conflito e provisão de serviços e bens públicos, como a água, vedação das áreas de utilização múltipla e equipamento de protecção	• Formular planos e orçamentos para a gestão de fauna (água, barreiras, equipamentos, campanhas de sensibilização, sinalização, reassentamento); • Disseminar medidas de prevenção e mitigação ao nível distrital; • Coordenar a elaboração dos Planos de uso da terra distrital; • Assegurar os meios de prevenção e abates controlados dos animais problemáticos; • Promover programas de gestão comunitária de fauna bravia; • Monitorar e avaliar o impacto da implementação das medidas estratégicas;
DISTRITAL	
Nível Distrital de execução de serviços públicos	• Identificar, zonear, elaborar plano de uso terras distritais; • Providenciar serviços públicos, como a água as comunidades, educação cívica; • Sinalizar os locais de risco; • Sensibilizar as comunidades locais • Construir barreiras contra a fauna bravia; • Monitorar a implementação das medidas a nível distrital.

Comunidades locais	
Nível local de execução das mediadas estratégicas e instrumentos de política	• Participar no desenvolvimento de planos de uso da terra; • Estabelecer organizações de base comunitária para a gestão do conflito; • Participar activamente nos planos de reassentamento; • Participar na conservação e gestão da fauna, incluindo os programas de prevenção e combate as queimadas descontroladas; • Participar nas brigadas de abates controlados dos animais problemáticos; • Participar em programas de manejo comunitário dos recursos faunísticos;
Organizações Não Governamentais (ONGs)	
Apoio e provisão de serviços as organizações de base comunitárias	• Providenciar serviços, tais como água e material diverso as comunidades locais; • Apoiar e facilitar as organizações de base comunitária na implementação das medidas de gestão do conflito Homem e fauna bravo
Sector Privado	
Provisão de serviços e bens de natureza privada	• Identificar de áreas com potencial para fazendas do bravo ou coutadas oficiais; • Edificar vedação nas fazenda do bravo ou coutada oficial; • Estabelecer parcerias com o Estado e as comunidades para a gestão do conflito; • Abrir furos de água para abeberamento do Homem e da fauna bravia; • Restabelecimento de fazendas de bravo, incluindo formas de recolha de ovos, captura e criação de crocodilos.

6. Plano de acção

As medidas/acções apresentadas neste documento não são acabadas, isto é, não são definitivas e muito menos inalteráveis, sobre a gestão do conflito Homem/fauna bravia, pois, a avaliação contínua e sistemática da implementação da Estratégia conduzirá obviamente ao aperfeiçoamento das medidas e opções estratégicas adequando-as à evolução das condições prevalentes em termos técnico-científico, sócio-económico, político e legal do país, mas sempre privilegiado as condições locais.

Assim, as acções a serem implementadas para garantir o sucesso da Estratégia são as seguintes:

- Melhorar a base de dados através da colecta e sistematização de dados sobre o conflito e da realização de censos localizados com maior intensidade de amostragem para as espécies mais problemáticas;

- Conceber e implementar programas de sensibilização das comunidades sobre os riscos da co-existência com a fauna bravia e as medidas a tomar para evitar a ocorrência do conflito, bem como os benefícios que podem resultar de uma gestão e utilização racional da fauna bravia;
- Concluir o zoneamento agrário e prosseguir com a elaboração de planos de uso de terra a nível distrital, priorizando os distritos com maior ocorrência do conflito Homem/fauna bravia;
- Elaborar planos distritais de uso da terra que definam claramente as áreas destinadas para o assentamento dos aglomerados populacionais, áreas de conservação da fauna bravia, áreas para o desenvolvimento de actividades agro-silvo-pastoril entre outras actividades produtivas e sócio-económicas.

Os distritos prioritários, são apresentados a seguir e foram seleccionados com base no nível actual de conflitos:

Tabela 3. Os 45 distritos críticos com elevado índice de conflito

Província		Distrito	Imediato Até Março - 2010	Curto Prazo 2010	Médio Prazo 2011-2014
Cabo Delgado	1	Palma			
	2	Quissanga			
	3	M. Praia			
	4	Namuno			
	5	Mueda			
	6	Nangade			
	7	Macomia			
	8	Meluco			
	9	Ancuabe			
Niassa	10	Nipepe			
	11	Marrupa			
	12	Maua			
	13	Mecula			
Zambézia	14	M. Costa			
	15	A. Molócuè			
	16	Mopeia			
	17	Chinde			
	18	Pebane			
	19	Morrumbala			
Tete	20	Zumbo			
	21	Cabora Bassa			
	22	Changara			
	23	Mutarara			
	24	Moatize			
	25	Chiuta			
	26	Mágoe			
Manica	27	Machaze			
	28	Sussundenga			
	29	Tambara			
	30	Chibabava			
Sofala	31	Buzi			
	32	Caia			
	33	Marromeu			
	34	Chemba			
	35	Funhalouro			
Inhambane	36	Chókwè			
Gaza	37	Chicualacuala			
	38	Mabalane			
	39	Guija			
	40	Massangena			
	41	Massingir			
	42	Chibuto			
	43	Magude			
Maputo	44	Moamba			
	45	Matutuine			

- Implementar o plano de abates controlados de animais problemáticos, tendo em consideração as informações sobre efectivos de animais e capacidade de carga do ecossistema. Neste contexto numa primeira fase serão abatidos 1000 crocodilos ao longo do rio Zambeze para redução deste réptil problemático;
- Conceber e implementar um plano de abertura de fontes de água para a população em áreas de maior risco de conflito com o crocodilo e fontes de abeberamento de fauna bravia nos parques, reservas, coutadas e fazendas do bravio.

A seguir apresenta-se a lista dos distritos prioritários na abertura de fontes de água para a defesa de pessoas contra o crocodilo.

Tabela 4. Distritos prioritários para abertura de fontes de água e construção de piscinas fluviais.

Província		Distrito	Imediato	Curto Prazo	Médio Prazo
Zambézia	1	Mopeia			
	2	Morrumbala			
	3	Chinde			
Tete	4	Zumbo			
	5	Cahora Bassa			
	6	Mágoe			
	7	Chiúta			
	8	Moatize			
	9	Mutarara			
	10	Changara			
Manica	11	Tambara			
Sofala	12	Marromeu			
	13	Caia			
	14	Chemba			
Gaza	15	Xai Xai			
	16	Massingir			
Maputo	17	Moamba			
	18	Magude			

Nestes distritos deve-se avaliar a possibilidade de erguer vedação em locais que permitam que a população local possa nadar em segurança.

- Conceber e implementar um plano para a vedação de áreas de conservação seleccionadas com base no potencial risco que representam para a segurança de pessoas e bens.

Tabela 5. Vedação das Áreas Críticas

Designação	Localização	Extensão (Km)	Curto Prazo	Médio Prazo
P. N. Quirimbas	Bloco A (Meluco e Ancuabe)	287		
	Bloco B (Quissanga)	140		
	Bloco C (Macomia)	165		
P. N. Banhine	Thai tchai, Lhecane e Hucwane	90		
P. N. Limpopo	Zona tampão Massingir	70		
R. Nacional Niassa	Ntimbo	28		
	Mussoma	35		
	Mecula	45		
R. Nacional Maputo	Ao longo Rio Futi	50		
R. N. Chimanmani	Moribane	60		
Total		970		

- Conceber e executar um plano de formação e apetrechamento das brigadas de controle e abate de animais problemáticos;
- Reassentar a população de acordo com o plano de uso da terra e translocar os animais problemáticos das áreas de utilização múltipla para as áreas de conservação.

Finalmente, é extremamente importante que na implementação da Estratégia as autoridades locais, como o Administrador do Distrito, bem como os líderes tradicionais, liderem o processo de sensibilização das comunidades locais e coordenem os esforços da estratégia visando a defesa e protecção de pessoas e bens.

7. Descrição de acções

Censo e monitoramento da fauna bravia

Vai consistir na realização de inventários de fauna bravia e actualização da situação do conflito em todos distritos de maior incidência ao longo de todas as fases de implementação da Estratégia. Será parte desta actividade o monitoramento da dinâmica da fauna bravia e dos conflitos através da base de dados existente.

Plano de uso de terra

A actividade da realização do plano de uso de terra vai envolver numa primeira fase, os 12 distritos críticos das províncias de Cabo Delgado e Niassa. Nas fases subsequentes serão cobertos os restantes distritos críticos das províncias de Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo.

Reassentamento da população

Nas áreas de conflito com alto potencial para o manejo da fauna bravia, e menor densidade populacional serão reassentadas as pessoas para as áreas mais seguras. O processo de reassentamento consiste na identificação de áreas seguras para o dimensionamento de um aglomerado humano, dotando as referidas áreas em infra-estruturas e equipamentos sociais básicos. É importante referir que este processo inclui a formação de grupo de voluntários e líderes comunitários em matérias de ordenamento territorial e gestão de recursos naturais, com vista a sua participação activa e responsabilização da comunidade, bem como na garantia realização de acções de seguimento no processo de demarcação e atribuição de talhões e no manejo comunitário dos recursos naturais.

O reassentamento basear-se-á nas seguintes fases:

1. Participação activa no ordenamento territorial nas áreas de reassentamento pelos beneficiários (com capacitação e assistência técnica do Estado);
2. Avaliação dos bens tangíveis e intangíveis como resultado do processo de expropriação para o reassentamento;
3. Fornecimento dos materiais pelo Estado (barrotes, cimento, chapas de zinco, portas e janelas, ferragem) e pagamento de artesãos;
4. Assistência técnica (técnicos de construção civil capacitados recrutados pelo Estado);
5. Produção de blocos de solo estabilizado ou tijolos queimados pelos beneficiários;
6. Participação do beneficiário como ajudante do artesão;
7. Monitoria e supervisão.

NOTA: No caso de a referida avaliação se mostrar superior ao valor do KIT habitação, o Estado deve acrescentar a este o valor da diferença da indemnização, conforme o previsto na Lei n.º 19/2007, de 18 de Julho.

Translocação da fauna

A translocação vai envolver a remoção de animais problemáticos dos locais de alta densidade de população para as áreas de manejo de fauna bravia, tais como, áreas de conservação e fazendas de bravio.

Vedação das áreas de conservação e fazendas do bravio

A vedação das áreas de conservação e fazendas do bravio tem lugar onde o conflito Homem/fauna bravia é incidente. São áreas prioritárias o Parque Nacional das Quirimbas, Parque Nacional do Limpopo, Reserva do Niassa, Reserva de Maputo, Parque Nacional de Banhine e Reserva de Chimanimane. As fazendas do bravio que contenham elefantes, leões, leopardos, búfalos, rinocerontes, hipopótamos, crocodilos e outros animais ferozes devem ser vedadas.

Recategorização das áreas de conservação

A recategorização vai consistir na avaliação da situação real das áreas de conservação tendo em conta o seu redimensionamento e reclassificação com vista a criar condições para a gestão de conflitos.

Fontes de água e vedação contra crocodilo

Esta actividade consiste na construção de fontes de água e piscinas fluviais nos grandes cursos de água e lagoas com vista a facilitar o acesso seguro à água nas áreas de maior concentração de população. Serão abrangidas as províncias de Tete (Zumbo, Cahora Bassa, Mágoe, Moatize, Mutarrara e Changara) e Zambézia (Chinde, Mopeia e Morrumbala), Sofala (Marromeu, Caia e Chemba), Manica (Tambara), Gaza (Xai-Xai, Massingir, Guijá e Chibuto) e Maputo (Moamba, Namaacha, Magude e Matutuine).

Sinalização

Actividade contínua, prevendo-se colocar 180 sinais nos distritos mais críticos, a realizar-se em todos os distritos críticos, ao longo dos rios e vias de acesso, como forma de alerta a aproximação à zona de frequência de animais perigosos.

Abates controlado de crocodilos

Os abates controlados serão realizados como uma actividade prioritária principalmente em todos os distritos da região do Vale do Zambeze, com o objectivo de reduzir a população de crocodilos e consequentemente controlar o conflito com esta espécie.

Treinamento/capacitação e sensibilização

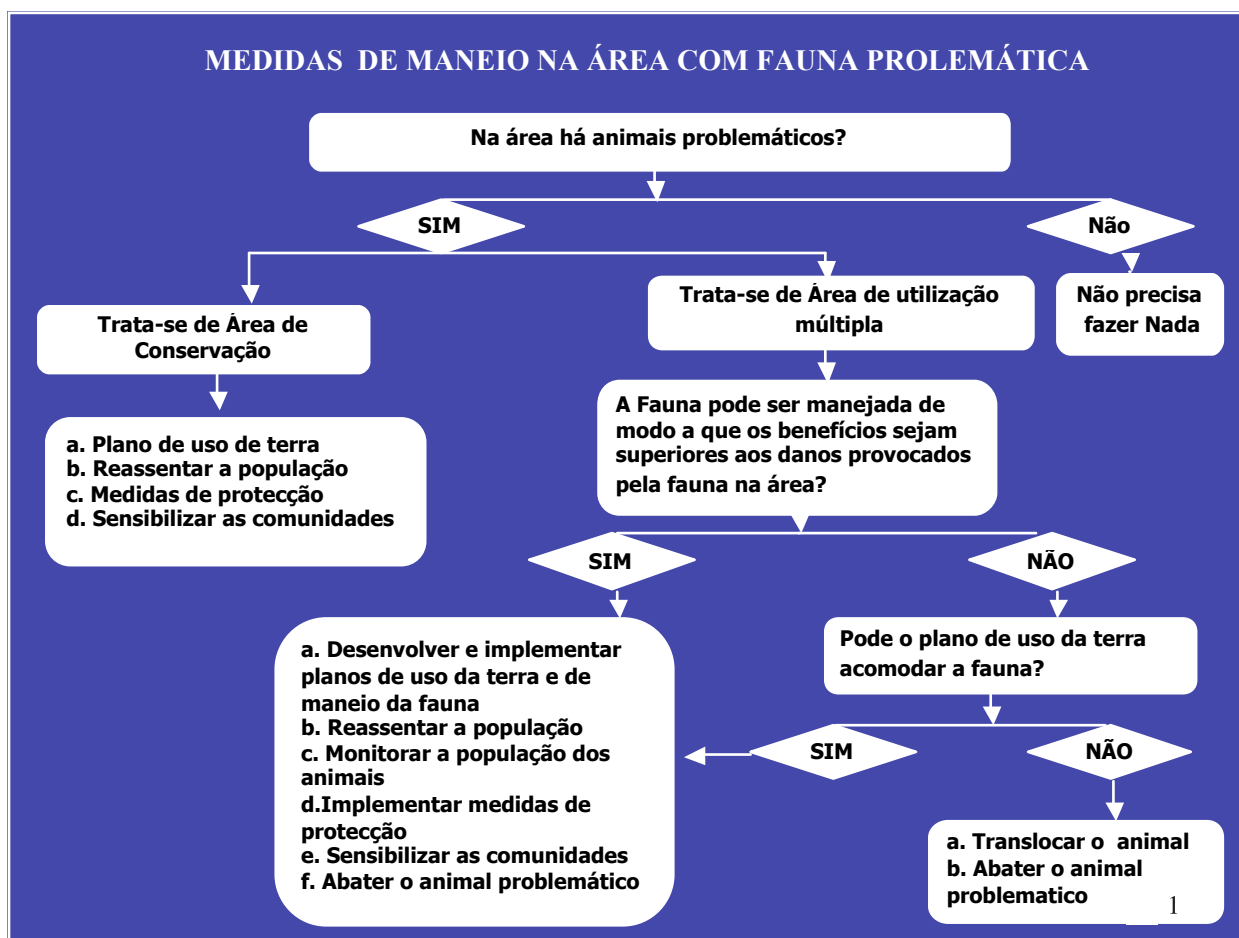
Tem em vista a criação de capacidades na gestão do conflito Homem/fauna bravia e sensibilização das comunidades na prevenção e mitigação dos conflitos, bem como o aumento de conhecimentos em relação ao comportamento dos animais por parte das populações e autoridades locais.

Equipamento e materiais

A aquisição de equipamentos e materiais será feita para responder às acções de gestão e controlo dos conflitos que incluirá viaturas, barcos, armas e balas de caça, gaiolas de captura de crocodilos, rádios, GPS's, entre outros.

ANEXO 1

Figura 1. O processo de tomada de decisão na gestão de fauna bravia: medidas a adoptar na área com animais problemáticos



ANEXO 2

ESPÉCIE	DESCRIÇÃO	CURTO PRAZO 2009-2010	ESTRATÉGIAS MÉDIO PRAZO 2010-2011	LONGO PRAZO 2011- ...
ELEFANTE	O elefante é maior animal terrestre, com altura de 2,2 e 3,7 metros e comprimento de 6 a 7,5 metros. Pesa cerca de 7500 kgs. A <i>longevidade varia entre</i> 50-60 anos. Animal gregário, que vive em grupos "matriarcais" geralmente com 10 indivíduos. Os machos, têm tendência para viver sozinhos ou em pequenos grupos temporários. O lábio superior e o nariz formam a tromba, que é usada para cheirar, manusear objectos, recolher alimentos e água e ainda para defesa, ataque ou demonstrações de afecto. As pontas (marfim) São usadas para combater, escavar raízes e arrancar a casca das árvores. A audição e olfacto estão bem desenvolvidos, enquanto que a visão é o sentido menos apurado. Deslocam grandes distâncias para procurar alimento e água e ingerem entre 150 e 280 kg de alimentos diariamente. Procuram alimento de manhã, ao final do dia e durante a noite. Repousam no meio da vegetação durante as horas mais quentes do dia. Podem causar danos consideráveis na vegetação dos locais por onde passam, derrubando as árvores só para comer ramos novos. Em caso de seca ou de perturbação humana, podem formar grupos de mais de 1000 indivíduos. No país, estima-se em + de 2.144 elefantes.	. Sinalizar áreas de risco . Planear a realização Plano de uso da terra Identificar, priorizar os Distritos e orçamentar os custos para PUT . Proteger as aldeias e Machambas, com piri Vedação, etc. . aumento da quota . Melhorar a base de dados . Abater animal problema	. Translocar para áreas de conservação . construção de vedações nas áreas protegidas . realizar censos detalhados para melhorar a conhecer a distribuição da espécie . Elaborar Planos Distritais de Uso da Terra . Abater animal problema	. melhorar a base de dados . continuar a construir vedações . Actualizar os benefícios para as Comunidades . Desenvolver estratégia de manejo do elefante: . qual é a população óptima?
CROCODILO	Os crocodilos encontram-se na África Subsariana e em Madagáscar. Em Moçambique ocorrem em todo o território nacional. Vivem em rios, lagos e pântanos e podem viver mais de 60 anos. Os adultos atingem 5 a 5,5 metros de comprimento. É uma espécie ovípara. As fêmeas constroem ninhos com folhagem e exibem cuidados parentais. A postura é de 20 a 50 ovos. O período de incubação dura três meses. O sexo dos recém-nascidos depende da temperatura de incubação: num ano mais frio (26°C a 30°C) a ninhada será maioritariamente constituída por fêmeas; pelo contrário, num ano mais quente (31°C a 34°C) a ninhada será maioritariamente de machos. Estão mais activos à noite, durante o dia, descansam nas margens ou em bancos de areia, mantendo a boca aberta nas horas de maior calor - termoregulação. Os juvenis alimentam-se de anfíbios, répteis, peixes e outros pequenos vertebrados. Os adultos são ferozes predadores, que se alimentam de peixes, tartarugas, aves aquáticas, antílopes, zebras, grandes animais domésticos e, por vezes, cadáveres. Têm a reputação de atacar e comer homens. Os crocodilos capturam e dilaceram as presas com os seus dentes afiados, mas não as mastigam, engolindo grandes bocados de carne ou toda a presa de uma vez. A população de crocodilos deve ser	. Sinalizar áreas de risco . construção de barreiras nos locais de risco . Sensibilizar a comunidade . abrir furos e poços de H2O . Abates controlados¹ . Promover apanha de ovos . promover captura e abate de crocodilos adultos . monitorar o conflito	Colecta de dados - As unidades de CAP devem colher dados sobre todos os rios onde for reportado o conflito Homem-crocodilo. Plano de acção para a gestão do crocodilo - um plano de acção para a gestão do crocodilo em Moçambique deve ser feito na base de classificação dos principais rios e lagos. . continuar a captura de crocodilos adultos . monitorar o conflito	. proposta de aumento da quota . continuar a captura e abate de crocodilos adultos . monitorar o conflito

CROCODILO	Os crocodilos encontram-se na África Subsariana e em Madagáscar. Em Moçambique ocorrem em todo o território nacional. Vivem em rios, lagos e pântanos e podem viver mais de 60 anos. Os adultos atingem 5 a 5,5 metros de comprimento. É uma espécie ovípara. As fêmeas constroem ninhos com folhagem e exibem cuidados parentais. A postura é de 20 a 50 ovos. O período de incubação dura três meses. O sexo dos recém-nascidos depende da temperatura de incubação: num ano mais frio (26°C a 30°C) a ninhada será maioritariamente constituída por fêmeas; pelo contrário, num ano mais quente (31°C a 34°C) a ninhada será maioritariamente de machos. Estão mais activos à noite; durante o dia, descansam nas margens ou em bancos de areia, mantendo a boca aberta nas horas de maior calor – termo regulação. Os jovens alimentam-se de anfíbios, répteis, peixes e outros pequenos vertebrados. Os adultos são ferozes predadores, que se alimentam de peixes, tartarugas, aves aquáticas, antílopes, zebras, grandes animais domésticos e, por vezes, cadáveres. Têm a reputação de atacar e comer homens. Os crocodilos capturam e dilaceram as presas com os seus dentes afiados, mas não as mastigam, engolindo grandes bocados de carne ou toda a presa de uma vez. A população de crocodilos deve ser superior a 50,000 indivíduos.	. Sinalizar áreas de risco . construção de barreiras nos locais de risco . Sensibilizar a comunidade . abrir furos e poços de H2O . Abates controlados¹ . Promover apanha de ovos . promover captura e abate de crocodilos adultos . monitorar o conflito	Colecta de dados - As unidades de CAP devem colher dados sobre todos os rios onde for reportado o conflito Homem-crocodilo. Plano de acção para a gestão do crocodilo - um plano de acção para a gestão do crocodilo em Moçambique deve ser feito na base de classificação dos principais rios e lagos. . continuar a captura de crocodilos adultos . monitorar o conflito	. proposta de aumento da quota . continuar a captura e abate de crocodilos adultos . monitorar o conflito
BÚFALO	O búfalo é um animal similar ao gado bovino, reside em savanas com suficiente capim e sombra, normalmente próximo de água. O macho tem uma cor cinzenta escuro a fugir para o preto enquanto que a fêmea mantém o vermelho-acastanhado similar aos dos búfalos jovens. Gostam de mergulhar na lama por isso adquirem a cor do solo. Ambos os sexos possuem cornos. Vivem em manadas de até centenas de indivíduos. A fêmea dá parto apenas a uma cria durante o período de Agosto a Fevereiro, após 11 meses de gestação. Os machos velhos são solitários ou formam pequenas manadas. Pastam à noite ou durante as horas frescas do dia e gostam de descansar em manchas livres de capim. Durante o verão podem afastar-se das fontes permanentes de água a procura de novas áreas de pasto. O Búfalo é uma espécie importante para a indústria de safaris. Contudo, também constitui um sério problema para o futuro crescimento da indústria de gado. Isto devido ao facto de o búfalo ser uma espécie portadora de	. delimitar áreas com alto potencial para a criação de gado . Estabelecer mecanismos de controle restrito para prevenir o contacto búfalo e gado bovino . planificar a construção de vedações à prova de búfalo nas áreas de conservação . captura, abater ou translocar o búfalo nas áreas de criação de gado	. construir vedações nas áreas de conservação à prova do búfalo . monitorar a população de búfalos fora das áreas de conservação . captura, abater ou translocar o búfalo nas áreas de criação de gado . avaliar a possibilidade de usar cães para remover/caçar o búfalo	. continuar a monitorar a população de búfalos fora das áreas de Conservação de modo a assegurar a manutenção de áreas livres de Búfalo . continuar e concluir a construção de vedações à prova de búfalo em áreas de conservação, consideradas prioritárias, particularmente nas do país, com alto potencial para criação do gado.

¹ Rios Umbeluzi; Incomati; Limpopo; Elefantes; Zambéze; Baragem de Cahora Bassa, Curumane e Pequenos Libombos.

LEÃO	O leão é conhecido como o rei da selva, e é um dos maiores carnívoros do mundo que encontra-se nas savanas em África, Índia, região dos Balcãs e Grécia. Um leão adulto mede aproximadamente 1m de altura e 2 m de comprimento, fora a cauda, e pesa cerca de 250kg. Apenas os machos possuem uma juba peluda que cobre a sua cabeça e o pescoço, chegando até o peito, deixando apenas o rosto de fora. As suas mandíbulas são extremamente fortes. Possui audição, visão e olfacto apurados, além de uma glândula supra-renal que quando joga adrenalina no seu sangue, torna-o bastante alerta e pronto para o combate. As suas patas são largas, grossas e a sua musculatura é fortíssima. As fêmeas são as caçadoras, pois, são mais rápidas e ágeis. Elas costumam caçar à noite e em grupos, sendo que algumas ficam escondidas e outras rodeiam a presa, conduzindo-a na direcção das que estão escondidas. Apesar de ser as leões que caçam, o macho alimenta os primeiros e só depois de satisfeito, é que as leões e os filhotes comem. O macho tem como função demarcar e proteger território contra o ataque de outros bandos de leões. Os leões andam em grupos de 10 a até 30 indivíduos, sendo que por bando existem apenas 1 ou 2 machos adultos. Os leões passam a maior parte do dia descansando, deitados sobre o capim ou sombra. O leão é o predador de antílope, zebra, búfalo, girafa e outros. Os leões que atacam as pessoas são os velhos solitários, cansados e fracos. O único predador do leão é o homem não por necessidade mas sim por desporto. Os leões atingem a maturidade sexual aos 3 anos e reproduzem de 2 em 2 anos na natureza e 1 vez por ano em cativeiro. A gestação dura cerca de 3 meses e meio. Eles desmamam aos 6 meses e a partir daí começam a comer carne e a acompanhar a mãe nas caçadas. Estimativas indicam a existência de 455 e 650 animais em todo o país.	Treinar e equipar brigadas de Controlo de Animal Problema - capturar e translocar animais para áreas de conservação vedadas - Abater todos os leões nómadas e solitários - início da construção de vedações nas fazendas do bravo que tentam ter leões - monitorar caça furtiva e queimadas descontroladas	- continuar a construção de vedações – prova leões nas fazendas do bravo e outras áreas que desejam criar esta espécie - monitorar a actividade e movimento da espécie	- intensificar a fiscalização da caça ilegal de modo a manter uma população de fauna capaz de viabilizar o leão em determinado local - abates controlados de leões jovens para evitar a sua dispersão fora do seu habitat e portanto tornarem-se problemáticos - monitorar a actividade e movimento da espécie
HIPOPOTAMO	O hipopótamo é um herbívoro que durante o dia vive submerso na água ou deitado na lama e ao entardecer sai da água a procura dos alimentos onde frequentemente usa as mesmas rotas. Consome grande quantidade de capim chegando a atingir 130 kg por noite. O seu peso que varia entre 995 a 1675 kg, tem	- erguer barreiras >0.75 m de altura - produção de plântulas de	Avaliar o impacto do conflito e elaborar um plano de gestão de áreas com hipopótamos.	continuar a plantar e a manter duplas linhas de sisal a volta das machambas

	pernas curtas, quase que arrasta ao solo quando caminha. Apresenta boca grande olhos situados no topo da cabeça. Vive em áreas abertas e lamacentas com fontes permanentes de água e alimentos suficientes a volta. É um animal de hábitos gregários formando grupos de 6 a 15 membros. Apesar de ser animal considerado dócil, pode ser agressivo e altamente perigoso quando for provocado principalmente as fêmeas com crias. A gestação nos hipopótamos dura 7-8 meses e nasce um a cria por parto.	sisal em viveiro para servir de barreira na machambas remover hipo em áreas não viável através de abates ou translocações	- Remover os hipopótamos de acordo com o plano elaborado. - erguer uma barreira com duas linhas de sisal para proteger machambas	manejo da população de hipopótamos de acordo com o plano de manejo
--	--	--	---	--